

continuação

da investida Usina Uberaba S.A. (iv) Reserva de incentivos fiscais: O montante desta rubrica refere-se aos incentivos fiscais classificados como subvenção para investimentos, também descritos na nota 12 (i), constituídos em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no período e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social. No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia não constituiu reserva para incentivos fiscais. Em 31 de março de 2024, a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente aos benefícios fiscais de ICMS reconhecidos extemporaneamente referente ao período de 2017 a 2023, no montante de R\$ 49.959 (líquido do efeito da realização de dividendos e aumento de capital). d) Dividendos e distribuição dos lucros acumulados: Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório de 0,5% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. Em assembleia dos acionistas realizada em 26 de julho de 2024 foi deliberada distribuição de dividendos no montante de R\$ 18.581 e na assembleia em 28 de julho de 2023, R\$ 7.135. A distribuição proposta pela Administração para os lucros acumulados está determinada como segue.

31/03/2025	31/03/2024
107.389	289.774
(3) Reserva legal - 5%	(5.369)
(3) Dividendos obrigatórios - 0,5%	(537)
(3) Constituição de Reserva Incentivos Fiscais	(49.959)
Lucros à disposição da Assembleia Geral	101.483

O resultado do exercício em 31 de março de 2025, após destinações legais, apre e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Santo Antônio S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principal assunto de auditoria: Principal assunto de auditoria é aqueles que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Mensuração do valor justo do ativo biológico: Ver notas explicativas nºs. 3.6, 4 (i) e 10 das demonstrações financeiras. Principal assunto de auditoria: A Companhia mensura o seu ativo biológico de cana-de-açúcar ao valor justo menos despesas com vendas. O modelo de avaliação do valor justo da Companhia considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado durante a vida do ativo biológico. Essas projeções requerem julgamento crítico na determinação das diversas premissas adotadas pela Companhia, principalmente relacionadas à área total estimada de colheita, produtividade estimada desses canaviais (toneladas de cana-de-açúcar por hectare), a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, a área

receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

31/03/2025	31/03/2024
515.293	535.332
Ataçar	389.809
Chios	17.763
Derivados de levedura	19.488
Recetta de cana-de-açúcar	73.112
Serviços prestados	16.237
Energia elétrica	12.661
Óleo diesel	28.190
Outras vendas	5.493
Receita bruta	1.070.042
(i) Impostos sobre vendas	(59.787)
(i) Devoluções e abatimentos	(1.008)
	1.010.255

28. Custos de produção: O custo de produção da Companhia é composto substancialmente por matéria prima (cana-de-açúcar), depreciação de ativos, custos de pagamentos, depreciação da lavoura, amortização de tratatos culturais e de manutenção, entressa, mão de obra, combustíveis e lubrificantes, serviços de terceiros, materiais de manutenção, produtos químicos e insumos, as quais, em conjunto, perzafem aproximadamente 99% do total do custo de produção dos produtos acabados.

31/03/2025	31/03/2024
(27.809)	(32.478)
(1.171)	(1.118)
(4.939)	(4.843)
(7.082)	(7.082)
(13.056)	(9.018)
(2.834)	(1.386)
(7.580)	(8.090)
(83.385)	(87.175)

USINA SANTO ANTÔNIO S.A.

Reconciliação com as despesas operacionais

31/03/2025	31/03/2024
(32.799)	(32.863)
(50.586)	(48.852)
(83.385)	(87.175)

Outras receitas operacionais, líquidas:

31/03/2025	31/03/2024
667	1.628
850	6
1.600	592
192.932	108
2.974	6.688
3.801	—
2.500	2.009
15.599	203.963

Outras despesas operacionais

31/03/2025	31/03/2024
(5.349)	(5.766)
(245)	(105)
(37.503)	(—)
(2.000)	(557)
(7.594)	(48.931)
(8.005)	(68.082)

31. Despesas financeiras e cambiais, líquidas:

Recursos financeiros

31/03/2025	31/03/2024
529	1.522
21.811	18.003
47.267	42.341
70.265	26.758
71.287	46.283

Despesas financeiras

31/03/2025	31/03/2024
(1.609)	(1.071)
(16.538)	(18.810)

Diretoria

Frederico Fontes Balbo

Diretor financeiro

Ranulfo Costa

Gerente de controladoria - Contador - CRC-1SP162352/O-0

São Administradores e Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. Sertãozinho - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Santo Antônio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Santo Antônio S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principal assunto de auditoria: Principal assunto de auditoria é aqueles que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Mensuração do valor justo do ativo biológico: Ver notas explicativas nºs. 3.6, 4 (i) e 10 das demonstrações financeiras. Principal assunto de auditoria: A Companhia mensura o seu ativo biológico de cana-de-açúcar ao valor justo menos despesas com vendas. O modelo de avaliação do valor justo da Companhia considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado durante a vida do ativo biológico. Essas projeções requerem julgamento crítico na determinação das diversas premissas adotadas pela Companhia, principalmente relacionadas à área total estimada de colheita, produtividade estimada desses canaviais (toneladas de cana-de-açúcar por hectare), a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, a área

de colheita, aos custos necessários para os tratatos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto. Devido às incertezas e alto grau de julgamento envolvido na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa futuros e do impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, considerando esse assunto significativo em nosso trabalho de auditoria. Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram: — Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, incluindo produtividade estimada desses canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, a área de colheita, aos custos necessários para os tratatos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto e comparação das principais premissas com informações históricas disponíveis, bem como, análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas; — Recálculo matemático do valor presente determinado com base nos fluxos de caixa projetados e descontados; e — Avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, em relação às premissas utilizadas na mensuração do ativo biológico. Com base nos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo do ativo biológico, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2025. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações

financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará os eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: — Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. — Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. — Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

— Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. — Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. — Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Ribeirão Preto/SP, 25 de junho de 2025

Gustavo de Souza Mathiesen

Contador - CRC SP-293539/O-8

Assinado digitalmente por:
FRANCISCO JORGE ROSA FILHO
CPF: 056.898.198-75



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: VP5AV-4Y6B4-PBK7S-YQZ7F

Tipo de assinatura: Avançada

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ FRANCISCO JORGE ROSA FILHO (CPF 056.898.198-75) - EMPRESA JORNALISTICA E EDITORA BARAO DO BANANAL L (CNPJ 71.661.599/0001-52) em 11/07/2025 07:17 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/VP5AV-4Y6B4-PBK7S-YQZ7F>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate>